

FALAR ERRADO

Ricardo Salles (UERJ)
ricardo@sallesricardo.com.br

RESUMO

Em 2011, a coletânea didática *Por uma vida melhor*, distribuída pelo MEC nas escolas públicas brasileiras, teve um de seus trechos recebido com polêmica e indignação por alguns setores da sociedade, que insinuavam que a obra ensinava a “falar errado”, devido à inclusão de trechos como “os menino pega o peixe”. Essa é apenas uma de várias construções comuns ao português oral que, por tangenciarem a norma padrão do idioma, são frequentemente recebidas com estigma por algumas pessoas. A partir daí, surge o ponto de partida de nossa fala. A comunicação se divide, basicamente, em quatro momentos. O primeiro se trata de um comentário breve a respeito do conceito de “falar errado”. Posteriormente, contextualizamos e discutimos a polêmica da obra mencionada anteriormente, articulando discussões da Linguística e da História com o conceito que dá título à nossa fala, nos embasando, por exemplo, em Dillard (1973) para mostrarmos como fugas à norma como a citada são presentes em outras línguas, como o inglês. A terceira parte da discussão aborda questões relativas a mudanças semânticas e fonéticas, traçando paralelos com a própria história do português. Para concluir, há uma reflexão sobre o que foi discutido.

Palavras-chave:

Discussão. Sociolinguística. *Por uma vida melhor*.

RESUMEN

En 2011, la colección didáctica *Por una vida mejor*, distribuida por el MEC en las escuelas públicas brasileñas, tuvo uno de sus extractos recibido con polémica e indignación por algunos sectores de la sociedad, quienes insinuaron que el trabajo enseñaba a “hablar mal”, debido a inclusión de extractos como “el niño pesca el pez”. Esta es solo una de varias construcciones comunes al portugués oral que, debido a que tocan el idioma estándar del idioma, a menudo son recibidas con estigma por algunas personas. De ahí surge el punto de partida de nuestro discurso. La comunicación se divide básicamente en cuatro momentos. El primero es un breve comentario sobre el concepto de “hablar mal”. Posteriormente, contextualizamos y discutimos la polémica de la mencionada obra, articulando discusiones de Lingüística e Historia con el concepto que da título a nuestro discurso, basándonos, por ejemplo, en Dillard (1973) para mostrar cómo se escapa de la norma como los citados están presentes en otros idiomas, como el inglés. La tercera parte de la discusión aborda temas relacionados con las mutaciones semánticas y fonéticas, trazando paralelismos con la historia del portugués. Para finalizar, se hace una reflexión sobre lo discutido.

Palabras clave:

Discusión. Sociolingüística. *Por una vida mejor*.

I

Embora a expressão acima possa ter múltiplas acepções, concentro-me aqui nas formas agramaticais de nossa fala, lembrando que, além da morfologia, muitas mutações semânticas e fonéticas começam a se estabelecer com a aceitação e a difusão de uso impreciso de semantemas e de variantes desprezadas de prosódia.

II

Há pouco mais de dez anos, uma professora participou da elaboração de certa obra didática coletiva denominada *Por uma vida melhor*, destinada a pessoas (adultos, em especial) vivendo em comunidades da periferia das grandes cidades, onde é comum falar variantes da língua portuguesa abundantes de formas em desacordo com a gramática tradicional, particularmente no que se refere a concordância nominal e verbal. Especificamente, era de sua responsabilidade o capítulo 1 do mencionado livro, que foi distribuído pelo MEC a escolas públicas de todo o País.

Ali, a autora tratava de expressões como, por exemplo, ‘os menino pega os peixe’, acrescentando tratar-se de formas em desacordo com a gramática, que, usadas, poderiam fazer com que o falante fosse discriminado em determinadas circunstâncias, com resultados prejudiciais na vida prática. Na seção das respostas dos exercícios que seguiam o texto expositivo, eram mostradas as formas corretas, conforme a gramática, sem, contudo, estigmatizar a fala agramatical.

Foi um escândalo – artificial, a bem da verdade –, devidamente trombeteado, pelo que me lembro, pela TV Globo. Houve, até uma entrevista com uma funcionária do MEC pelo repórter Alexandre Garcia, em que ficou evidente a desonestidade intelectual do entrevistador, não só distorcendo completamente o que a entrevistada dizia com clareza, como ainda inventando com despudor muita coisa que a autora daquele capítulo do livro não havia, de forma alguma, preconizado, nem, sequer, sugerido no texto didático distribuído pelo MEC. Tudo com um só objetivo: demonstrar que um livro de português distribuído pelo governo (dito de esquerda, à época) ensinava a falar errado! O repórter, naquele programa – que, aliás, se transmitia em horário nobre e tinha grande audiência –, não se continha, durante toda a transmissão criminalizou o livro e inventou delinquentemente que o governo federal estava, por viés ideológico, difundindo falas gramaticalmente condenáveis, com absurdos er-

ros de linguagem, como se fosse bom português.

Na ocasião, foram publicados artigos no jornal O Globo, nessa mesma linha da reportagem televisiva, alguns de uma leviandade ímpar, revelando com nitidez que o signatário da coluna ou da matéria de opinião não havia sequer lido o capítulo 1 do livro, tão criticado. Invariavelmente, a autora do texto distribuído pelo MEC era depreciada de maneira impiedosa por ‘ensinar errado’ com dolo de viés ideológico. Nem uma palavra analisando integralmente o que a autora havia, de fato, dito, muito menos alguma coisa próxima de uma abordagem linguística, científica.

Aquilo me fez mal e comentei com amigos o discurso desonesto que desvirtuava inteiramente o que havia escrito a professora, autora do texto do MEC, bem como os artigos levianos e desarrazoadamente depreciativos por parte de gente muito maldosa e desinformada. Acabei, na sequência de uma publicação desprimorosa e agressiva, assinada por um conhecido advogado, publicando um artigo, no próprio Globo, procurando desfazer equívocos e tentando explicar que a autora estava sendo acusada de algo que não fizera. Fui apresentado como advogado, de resto, minha profissão, e, no texto por mim assinado, defendi o direito da autora de ter seu procedimento registrado com precisão factual e sem invenções muito mais reveladoras do caráter (ou sua falta) de alguns de seus críticos.

No artigo que assinei não fui muito além da recomposição dos fatos, ou seja, deixei claro que a autora apenas registrava a existência de formas agramaticais na fala observada em determinadas comunidades, preocupando-se em advertir para eventuais consequências sociais, como preconceitos indesejáveis, que poderiam ter impacto negativo sobre os falantes que se mantivessem fora da norma gramatical. Trouxe, mais, indicações de página e posição no texto da autora do próprio livro tão criticado, em que ela mesma informava, com muita clareza e sem margem de dúvida, qual deveria ser a maneira gramaticalmente correta de se expressar.

Por falta de espaço e, talvez, por ir um pouco além do objetivo do artigo, não me ocupei muito com as atitudes verdadeiramente pérfidas de críticos tão desleais, merecedores de imediata resposta desmascaradora das fraudes.

O fato, porém, é que a professora, tão atacada injustamente por gente cheia de aversão por quem a seu juízo ‘fala errado’, poderia ter lembrado no seu texto – e elegantemente não o fez – que aquelas ‘falas

erradas' eram por ela registradas porque (a) eram ouvidas com frequência em ambientes com predomínio de pessoas desassistidas intelectualmente, (b) eram perfeitamente compreendidas pelos destinatários das mensagens faladas e (c) constituíam exemplos paradigmáticos de tendências linguísticas claras – ainda que pouco estudadas –, não só em português, como num bom número de outros idiomas, inclusive de fora da família indo-europeia. Portanto, uma fala do tipo 'os menino pega os peixe', atesta uma variante da língua portuguesa usada com frequência, por muita gente, que cumpre perfeitamente sua função de comunicar ideias e sentimentos, e obedece a uma lógica própria com uniformidade e consistência. Em uma palavra: a variante existe, funciona como meio de comunicação e, só por isso, sua existência merece ser registrada e ter sua estrutura linguística estudada.

Mas, aí, era esperar muito de alguns repórteres – esses, sim – dominados por preconceitos afascistados, bem como era não se lembrar de que, não raro, integrantes de uma pequena classe média ligeiramente instruída podem até zombar de ricos pouco letrados, que, no entanto, procuram imitar sem pudor, mas não suportam a proximidade de hipossuficientes, cujas falas evidenciam, mais do que sua carência de educação formal, uma origem em meio despossuído.

Para começarmos a entender os aspectos linguísticos de uma fala errada do tipo da frase 'os menino pega os peixe', convém nos fixarmos na funcionalidade da língua.

Assim, temos que a pluralização do artigo 'o', tanto do sujeito como do objeto, é suficiente para expressar, sem a menor dubiedade, que mais de um menino pegou mais de um peixe. Se houvesse numerais na frase, como 'os quatro menino pega os cinco peixe', nada mudaria, pois os artigos aí estariam muito mais na função de demonstrativos definidos (dêiticos ou dícticos, na terminologia mais atualizada). De toda maneira, pluralizar o sujeito ou o objeto é, nessas instâncias, totalmente despiciendo para o completo e indubitável entendimento da mensagem.

Por mais natural que essa fala, desobrigada do normativo gramatical, possa estar presente em meios carentes de educação formal, registre-se a existência de uma lógica própria na 'fala errada', pois ninguém erra, por exemplo, pluralizando os dois substantivos, com a manutenção dos artigos definidos no singular (*o meninos pega o peixes – é construção tão estranha, que mais parece erro tipográfico).

Na concordância de 'pega' com 'meninos', o verbo, que deveria ir

para o plural, se expressa, sem dubiedade de sentido, na terceira pessoa do singular, mas, de novo, ninguém erra com a colocação do verbo na primeira ou segunda pessoa (*os menino pego os peixe é tão bizarro quanto *os menino pegas o peixes). Isso porque há, também, naquela ‘fala errada’ uma lógica própria, consistente na equalização ordinária e muito natural da conjugação verbal pela terceira pessoa do singular até por desnecessidade funcional, fenômeno observável, por exemplo, no chamado *Black English* com *you is*, por *you are* (da mesma maneira, ninguém erra em inglês com a forma **you am*; por outro lado, ocorre *I is* naquela variante – a propósito, v. Dillard [1973]).

O tema, aqui, poderia ser expandido, primeiro com a indagação do porquê da equalização justamente pela terceira pessoa do singular – e, não, outra –, e, depois, com a investigação sobre o fenômeno, como possível universal linguístico, trazendo a esse propósito uma evolução equivalente no domínio da língua finlandesa, idioma uraliano e, por conseguinte, bem distante da ‘lógica indo-europeia’ que, eventualmente, qualificaria tanto o português como o inglês.

Para a questão intercorrente da razão da terceira pessoa do singular, talvez fosse necessária a assistência da psicanálise, que poderia trazer as noções de eu/não-eu (tu), justapostas às de tu/não-tu (ele), representadas na tríade ego/alter ego/id, em que o sujeito vê com clareza, a partir de certo tempo de vida, que ele existe independentemente de outra existência a ele próxima (tu/mãe) e que, na aurora da infância, além dessas duas existências, tudo o mais é não-eu/não-tu, ou seja, ele. Ademais, a morfologia poderia, quiçá, confirmar determinadas hipóteses pela comparação entre línguas, umas que já tiveram marcação distintiva da terceira pessoa do singular e a perderam, outras que evoluíram para a manutenção desse tipo de marcação, com exclusão de outras (como no inglês moderno), sempre em benefício da clareza da mensagem ou da desnecessidade funcional de flexão abundante. Uma senhora empreitada, reconheçamos, mas, sem dúvida, compatível com um projeto dessa envergadura.

Quanto à outra vertente da expansão acima sugerida, temos que o finlandês, que hoje é língua oficial da Finlândia junto com o sueco, só adquiriu essa distinção na segunda metade do século 19 (1860) e por obra do tsar Alexandre II, numa época em que o Grão-Ducado da Finlândia integrava o Império russo.

Isso não aconteceu por qualquer simpatia especial que o tsar nutrisse pela nação finlandesa, mas foi expediente visando a neutralizar a

influência da Suécia sobre a burguesia finlandesa, ela mesma de língua sueca prevalente sobre o finlandês vernáculo, e, simultaneamente, aprofundar as divisões entre essa burguesia e os proletariados urbano e rural, de língua finlandesa, dificultando, assim, uma eventual união contra o domínio russo (SAUVAGEOT [1973]; HAJDÚ [1975]).

Ora, o finlandês, língua da maioria do povo da Finlândia, colonizado pela Suécia por sete séculos e dominado pela Rússia por mais um, quando era escrito não tinha a menor uniformidade, e, portanto, dele não existia um padrão – estético que fosse – a ser imitado, a servir de guia e, claro, não havia qualquer possibilidade real de ensiná-lo metodicamente nas poucas escolas e de maneira uniforme.

Assim, livre das ‘amarras da gramática’, sem um padrão literário, o finlandês evoluiu com bastante naturalidade e, hoje, sua forma culta incorpora fenômenos como a equalização da conjugação pela terceira pessoa do singular (algo como ‘tu diz’, ‘nós vai’, ‘eles corre’), comum na língua falada há muito tempo e já aceita, mesmo no idioma escrito, como variante adequada.

A coisa parece tão evidente por onde quer que se a pesquise que, talvez, se esteja diante de um universal linguístico, lembrando-nos, nesse particular, de que, inclusive em português, ninguém erra, por maior que seja a carência educacional, dizendo ‘eu fomos’, ‘tu íamos’, ‘nós digo’ nem ‘eles queres’. O ‘errado’ de sempre é o uso consistente da terceira pessoa do singular.

Esses poucos, mas significativos exemplos, limitados à morfologia, parecem indicar que a língua evolui com notável velocidade em meios carentes de educação formal – tal como a entendemos, a adotamos e a praticamos hoje –, meios esses que, em geral, também são comunidades economicamente necessitadas. Para uma análise mais abrangente, o tema teria que ser enriquecido, é claro, com o estudo de mutações semânticas e, sobretudo, fonéticas, inicialmente também consideradas, a sua vez, maneiras erradas de expressar ideias ou, simplesmente, de se expressar oralmente, mas que, no curso do tempo, se incorporaram à língua normatizada pela gramática e padronizada como forma literária aceita.

A propósito, uma lembrança que me veio foi o fato de que já fui criticado por me referir a fenômenos semelhantes aos anteriormente mencionados como evolução da língua. Para meu interlocutor, essas alterações idiomáticas, segundo ele por falta de escolaridade, refletiriam o que ele chamou de ‘involução’ do idioma, coisa que custo a crer que e-

xista, já que ainda não tenho notícia de um falar que tivesse mudado para um padrão que já teve. De toda maneira, ficou claro que meu interlocutor aludia a uma evolução que absolutamente não apreciava.

Agora, um comentário sobre o movimento atual no sentido de alterar a terminação masculina de palavras que denotem um conjunto de masculinos e femininos e que comportam distinção de gênero – norma gramaticalmente aceita – por uma desinência dita neutra ou por algum símbolo dessa pretendida neutralidade. Nessa mais recente orientação, médicos são apenas os homens e médicas apenas as mulheres; o conjunto de médicos e médicas seria ‘médicxs’; da mesma maneira, todos e todas, um conjunto de homens e mulheres, deveria ser designado por ‘todes’ (ou algo por aí...).

Com o devido respeito, esse tipo de preocupação – pelo menos, por enquanto –, mais do que exagerada, parece bem artificial e, em linguística, costuma valer (e subsistir) o que é natural.

III

Por fim, duas palavras sobre as mutações semânticas e fonéticas.

Para Hermann Paul ([1970]), tal como ocorre com a mutação fonética, a mudança de significado das palavras no curso da História, se dá inicialmente no nível de quem ouve a mensagem (e a veicula de forma imprecisa, portanto) e, não, de quem a transmite.

É uma hipótese plausível e que encontra bom suporte na abundante exemplificação daquele autor. Uma das bases desse ensinamento é que o ouvinte, ao não visualizar com exatidão aquilo a que o falante se refere, pode, com muita facilidade, tomar o todo pela parte ou esta pelo todo. Num exemplo clássico, a palavra latina *caballus*, designando, de início, um tipo de equino, passou, no domínio românico, a significar qualquer um deles.

Na sua especificidade, porém, a coisa parece ser um pouco mais complexa e, de regra, intervêm no processo de mutação semântica fatores adicionais, especialmente aqueles ligados à condição social dos falantes e ouvintes e suas relações. Assim é que *generosus*, em latim, tinha o sentido originário de bem nascido, vindo de uma família ou de uma *gens* de prestígio (*i.e.*, rica), mas, por uma certa autoimagem indulgente, passou a significar uma pessoa compassiva com o próximo, caridosa. De outra

parte, *humilis*, tinha o significado latino primitivo de apenas aquele que é da terra (raiz *humus*, terra), um lavrador, por exemplo, com conotação, senão neutra, o mais das vezes de viés pejorativo (*humilis civitas*, um país sem importância), pela aversão que as classes proprietárias romanas tinham pelo trabalho braçal daqueles que as serviam; só tardiamente, já sob influência do Cristianismo, muito propagado entre as populações mais pobres do Império romano, é que *humilis* adquire um sentido mais virtuoso.

No domínio da mutação fonética, o trabalho do Dick Leith ([1997]), apesar de abranger mutações de todo gênero e restritas ao âmbito da língua inglesa, é referência indispensável.

Sua análise das principais variantes faladas do inglês abrange desde a imposição do antigo francês dos conquistadores normandos à administração reinol que, no período anglo-saxão, usava um idioma germânico totalmente distinto, com suas consequências linguísticas, que se estenderam à forma escrita consolidada como padrão literário e na própria estratificação social, até as distinções de pronúncia na área da cidade de Londres, indicando origem geográfica e extrato social de seus habitantes. Nesse particular, um filme muito ilustrativo desse fenômeno bem londrino é *My fair lady*, de meados dos anos 1960, em que uma jovem (Audrey Hepburn) é treinada por um professor de fonética (Rex Harrison) para disfarçar sua origem pobre e mascarar sua fala, produto de desassistência intelectual crônica.

IV

Um pensamento, quase lugar-comum, de pouca precisão científica, porém, é de que os vencedores e dominantes fazem a História; mais exato seria dizer que esses escrevem a História – e naquilo que lhes convém. No entanto, os vencidos, os dominados têm sua própria versão da História, que nada omite por medo ou conveniência e, em geral, é bem menos festiva que a dos vencedores. A linguística, talvez, corra por uma pista paralela. Na fala e na escrita prevalece o padrão da classe dominante, mas a alma dos dominados continua presente na língua, ainda que oculta em disfarces institucionais engendrados pela Casa Grande, normalmente por medo da reparação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DILLARD, J. L., *Black English*. New York: Vintage, 1973
- Hajdú, P., *Finno-Ugrian languages and peoples*. Londres: André Deutsch Ltd., 1975
- LEITH, D., *A social history of English*. Londres: Routledge, 1997
- PAUL, H., *Princípios fundamentais da história da língua*. Porto: Gulbenkian, 1970
- RAMOS, Heloisa *et al.* *Por uma vida melhor*. São Paulo: Global/MEC. 2011. (Coleção viver e aprender)
- SAUVAGEOT, A., *L'élaboration de la langue finnoise*. Paris: Klincksieck, 1973